

A Valorização da Carreira Docente no Ensino Superior Politécnico

Pedro Carvalho

A FENPROF tem sido decisiva na defesa dos direitos dos docentes e investigadores do ensino superior.

Com uma ação firme e determinada, trouxe para o centro do debate questões fundamentais que, durante demasiado tempo, foram ignoradas:

o combate à precariedade, a valorização do mérito, condições de trabalho dignas e o reconhecimento efetivo das nossas funções.

Foi graças a essa intervenção que se avançou com a revisão dos estatutos das carreiras docentes e de investigação, bem como do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, o RJIES, cuja reformulação está finalmente em curso.

Paralelamente, a FENPROF tem reivindicado a criação de um estatuto de carreira para o ensino superior privado e a implementação de um regime transitório que permita integrar investigadores com vínculos precários no novo estatuto em discussão.

Ainda assim, importa reconhecer que algumas medidas positivas no Ensino Superior e na Investigação foram fruto direto da nossa luta persistente.

Refiro, por exemplo:

- o desbloqueio das progressões não obrigatórias, após mais de 15 anos de bloqueio, embora sem o reforço financeiro necessário para a sua plena aplicação;
- a revisão das regras da progressão obrigatória, com reposicionamento remuneratório para quem obteve menção máxima durante três anos consecutivos, ou avaliação positiva ao longo de oito anos;
- e ainda, a extensão dos contratos DL 57, um passo importante contra a precariedade, mas com aplicação limitada e que continua a exigir melhorias.

Mas, camaradas, apesar destes avanços e da nossa capacidade de intervenção sindical, todos sabemos que muito está ainda por conquistar.

A realidade quotidiana das nossas instituições é disso a prova mais evidente.

Um exemplo ilustrativo das dificuldades que persistem é a forma como foi aplicada, no Politécnico de Viana do Castelo — a instituição a que pertença — a nova legislação sobre progressões na carreira.

O Decreto-Lei n.º 112/2021 trouxe alguma esperança aos docentes, ao prever concursos internos de progressão.

Contudo, a sua aplicação revelou-se, em muitos casos, profundamente injusta.

A proposta da FENPROF era clara: reconhecer o mérito absoluto.

Mas, mesmo com critérios previamente definidos, a presidência da instituição impôs limites administrativos ao número de lugares.

Criou-se um filtro artificial, que reduziu drasticamente a possibilidade de progressão.

E, pior ainda, em vez de se respeitar a avaliação objetiva do desempenho, tomaram-se decisões marcadas por arbitrariedade, compadrio e favoritismo.

Docentes com provas dadas, com trajetos profissionais sólidos, viram-se ultrapassados por colegas com menor currículo, muitas vezes beneficiando da proximidade com as estruturas de decisão.

E as injustiças não se ficam por aqui.

No IPVC, atividades como a orientação de teses, estágios ou tutorias Erasmus continuam a não contar para a distribuição do serviço docente.

É trabalho real, exigente, essencial, mas invisível.

O mesmo se passa com o trabalho noturno e ao fim de semana: não é remunerado, não é contabilizado.

E o período noturno, pasme-se, só é considerado a partir das 22h, contrariando o próprio estatuto da carreira.

Temos colegas doutorados e especialistas a serem contratados como assistentes de 1.º triénio, substituindo professores adjuntos ou até professores coordenadores.

E, talvez mais grave, continua a ser recorrente o uso abusivo de professores convidados: docentes que respondem a necessidades permanentes, ano após ano, mas que permanecem em regime precário, com salários inferiores e sem quaisquer direitos de progressão.

Também os professores adjuntos continuam a assumir responsabilidades que, legalmente, caberiam a professores coordenadores. Coordenam cursos, lideram projetos, integram órgãos, mas sem o devido reconhecimento nem acesso à progressão. Tudo isto reflete uma cultura institucional que se habituou a ignorar a justiça profissional.

Práticas que desvalorizam o esforço, o mérito e a dignidade de quem faz o ensino superior acontecer todos os dias.

Por isso, camaradas, é essencial continuar, e reforçar, esta luta.

Lutar por concursos justos, critérios claros e reconhecimento de todo o trabalho efetivo.

Lutar contra a precariedade disfarçada e pela valorização real da carreira docente.

A FENPROF tem estado ao nosso lado, e continuará a ser decisiva para mudar esta realidade.

Porque só com uma ação sindical forte garantiremos um ensino superior público, de qualidade, com justiça e dignidade profissional.

Muito obrigado. Viva a FENPROF!